

## INFRA-ESTRUTURA

# Governo sabia dos riscos desde 2006

Cartas mostra preocupação com o suprimento de gás e divergências em relação ao modelo elétrico

René Pereira

Os riscos de colapso no abastecimento de gás natural estão sendo discutidos dentro do governo e da Petrobrás, pelo menos, desde agosto do ano passado. Uma série de cartas obtidas pelo Estado, somando em torno de 100 páginas, mostra preocupação com o gás e divergências em relação ao modelo elétrico, introduzido durante o primeiro mandato do Governo Lula.

As correspondências foram trocadas entre o presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli e Azevedo, e o ex-diretor de gás e energia da estatal, Ildo Sauer, com representantes do governo. Entre eles, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, o ex-ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, e o ministro interino de Minas e Energia, Nelson Hubner.

No ano passado, o presidente da Petrobrás reclamava das dificuldades em obter licenças ambientais para a conversão de algumas térmicas a gás para bi-combustível. Essa medida fazia parte de um conjunto de propostas para a regularização de contingenciamentos locais no fornecimento de gás natural. Em seguida, Sauer reclama do desequilíbrio entre oferta e demanda no mercado livre, onde os consumidores compram energia direto do fornecedor.

Quem não tem contrato compra no mercado à vista, pelo preço do dia. Naquela época, esse preço estava baixo. Colocar energia térmica a gás para abastecer esse mercado geraria prejuízos para a empresa.

29/março/2007

De: Ildo Sauer

Para: Silas Rondeau

O deslocamento do gás natural do mercado industrial para atender com prioridade o despacho de usinas termelétricas não contratadas, acentado na reunião do dia 22 de março, sem respaldo contratual, feito de forma não negociada, provoca uma desorganização do mercado de gás natural no Brasil, com prejuízos para a sociedade brasileira, que voltaria a consumir combustíveis mais caros e de maior impacto ambiental.

Abril/2007

De: Silas Rondeau

Para: José Sérgio Gabrielli

3. Porém, o período compreendido entre 2008 e 2010 representa um grande desafio para as áreas de planejamento, operação e monitoramento energético, principalmente no âmbito do setor de energia elétrica. Há para este período uma forte dependência de geração termelétrica para complementar a matriz energética e, neste ponto, a oferta de gás natural é variável e fundamental na definição dos parâmetros que simulam as condições de atendimento para este horizonte temporal.

10/mayo/2007

De: José Sérgio Gabrielli

Para: Silas Rondeau

Chamamos a atenção especialmente para os seguintes aspectos que afetam fortemente os cronogramas acordados e que estão fora do controle e da ação da Petrobrás:

1 - Viabilização dos processos de licenciamento ambiental das obras da Petrobrás em prazos compatíveis com o cronograma que integra o Termo de Compromisso firmado. Em anexo, são apresentados os prazos máximos das licenças que tornar possível a conclusão das ações nas datas combinadas;

2 - Viabilização da plena contratação da demanda de energia elétrica do país nos mercados regulado e livre, com antecedência e margens de segurança adequadas incluindo, assim, a oportunidade para contratação da energia adicional disponibilizada pela Petrobrás;

Em março deste ano ele enviou carta ao então ministro Silas Rondeau afirmando que a estatal havia direcionado o gás não contratado pelas térmicas para o mercado industrial. Ele alertou que o deslocamento do gás do mercado industrial para atender com prioridade térmicas não contratadas "provocaria uma desorganização do mercado de gás natural no Brasil, com prejuízos para a sociedade brasileira, que voltaria a consumir combustíveis mais caros e de maior impacto ambiental".

Para a Aneel, porém, a leitura feita pela Petrobrás era errada; ela tinha, sim, obrigação de abastecer as térmicas. A briga culminou no Termo de Compromisso em que a Petrobrás garante o fornecimento de gás pa-

ra as usinas. A estatal não concordava com o termo, mas assinou mesmo assim. Segundo o Ministério de Minas e Energia, a Petrobrás tem obrigação de fornecer gás tanto para térmicas como distribuidores de gás que têm contrato.

Para especialistas, no fundo isso é uma maquiagem da real situação do setor elétrico. Se não tem gás para gerar energia, é preciso mudar regras e permitir que térmicas a óleo combustível e diesel entrem em operação. Se o new wave, programa que determina o preço e operação das térmicas, considerasse a falta de gás, usinas a óleo seriam despachadas, dizem especialistas. ●